STÉPHANIE HENNETTE
THOMAS PIKETTY
GUILLAUME SACRISTE
ANTOINE VAUCHEZ

POR UMA EUROPA DEMOCRÁTICA

TRADUÇÃO DE ANDRÉ TELLES

intrínseca

STÉPHANIE **HENNETTE**
THOMAS **PIKETTY**
GUILLAUME **SACRISTE**
ANTOINE **VAUCHEZ**

POR UMA EUROPA DEMOCRÁTICA

TRADUÇÃO DE ANDRÉ TELLES

intrínseca

Copyright © Éditions du Seuil, 2017

TÍTULO ORIGINAL
Pour un traité de démocratisation de l'Europe

PREPARAÇÃO
Luísa Ulhoa

REVISÃO
André Marinho
Juliana Souza

REVISÃO TÉCNICA
Fernando Rugitsky

DIAGRAMAÇÃO
ô de casa

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P869

Por uma Europa democrática / Thomas Piketty ... [et al.] ; tradução André Telles. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2017.
96 p. ; 18,5 cm.

Tradução de: Pour un traité de démocratisation de l'Europe
ISBN 978-85-510-0224-7

1. Economia. 2. União Europeia. I. Piketty, Thomas. II. Telles, André. III. Título.

17-42352 CDD: 330
CDU: 330

[2017]
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Intrínseca Ltda.
Rua Marquês de São Vicente, 99/3º andar
22451-041 — Gávea
Rio de Janeiro — RJ
Tel./Fax: (21) 3206-7400
www.intrinseca.com.br

Sumário

Por um Tratado de Democratização da Zona do Euro (T-Dem)
· 7 ·

Sobre a viabilidade jurídica de um Tratado de Democratização da Governança da Zona do Euro
· 15 ·

Qual seria a configuração da Assembleia da zona do euro?
· 29 ·

O que acontecerá se nossos parceiros recusarem o tratado?
· 39 ·

Projeto para um Tratado de Democratização da Governança da Zona do Euro (T-Dem)
· 45 ·

Tratado de Democratização da Governança da Zona do Euro (T-Dem), comentado artigo a artigo
· 51 ·

Glossário
· 87 ·

Por um Tratado de Democratização
da Zona do Euro (T-Dem)

Em dez anos de crise econômica e financeira, um novo centro de poder se delineou na Europa: o "governo da zona do euro". O nome, contudo, não o expressa muito bem, tanto que temos dificuldade em identificar a "instituição" democraticamente responsável que conduz atualmente as políticas econômicas europeias. O objetivo é, de fato, ao mesmo tempo difuso e instável. Nascida sob o signo da informalidade e da falta de transparência, a instituição central desse governo, o Eurogrupo*[1] dos ministros das Finanças da zona do euro, funciona à margem dos tratados europeus* e, portanto, não precisa prestar contas ao Parlamento europeu, nem *a fortiori* aos parlamentos nacionais. Pior, as instituições — do BCE (Banco Central Europeu) à Comissão Europeia, passando pelo Eurogrupo e pelas cúpulas da zona do euro* que formam o arcabouço desse governo — funcionam segundo combinações que mudam a cada política, dependendo se estamos falando dos "memorandos" da Troika, das "medidas corretivas" exigidas dos Estados no âmbi-

[1] As expressões seguidas de asterisco remetem ao glossário no fim do livro.

to do Semestre Europeu,* dos mecanismos de resolução das crises dos bancos da União bancária etc.

No entanto, por mais dispersas que sejam, essas diferentes políticas são efetivamente "governadas", pois um sólido núcleo se formou mediante a união cada vez mais estreita das burocracias econômicas e financeiras nacionais e europeias — direções dos Tesouros francês e alemão, diretório do BCE, altos funcionários econômicos da Comissão Europeia etc. No cenário atual, é de fato aí que se "governa" a zona do euro e que se exerce o trabalho propriamente político de coordenação, mediação e arbitragem entre os diferentes interesses econômicos em confronto. Ao desistir, em 2012, de reformar o TSCG* (Tratado sobre a Estabilidade, a Cooperação e a Governança, na sigla em francês), que constitui uma das pedras angulares do governo da zona do euro, François Hollande contribuiu para consolidar esse novo bloco de poder. Desde então, esse polo executivo europeu não parou de ganhar novas atribuições. Em uma década, seu campo de atuação tornou-se considerável e passou a afetar as políticas de "consolidação orçamentária" (ou de austeridade), a coordenação severa das políticas econômicas dos Estados (*Six-Pack* + *Two-Pack**), a implementação dos planos de recuperação dos Estados em dificuldade financeira (memorandos + Troika), a supervisão de todos os bancos privados etc.

Ao mesmo tempo poderoso e intangível, o governo da zona do euro se desenvolveu de fato no ponto cego dos

controles políticos, numa espécie de buraco negro democrático. Quem efetivamente controla a redação dos memorandos que impõem reformas estruturais consideráveis em troca da ajuda financeira do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MES)?* Quem acompanha a atividade executiva das instituições que compõem a Troika? Quem avalia as decisões tomadas pelo Conselho Europeu dos Chefes de Estado da zona do euro? Quem sabe o que é negociado no cerne dos dois comitês centrais do Eurogrupo, que são o Comitê de Política Econômica e o Comitê Econômico e Financeiro (CEF)?* Nem os parlamentos nacionais, que, no melhor dos casos, controlam apenas o próprio governo, nem o Parlamento europeu, que foi diligentemente colocado à margem do governo da zona do euro. Em suma, sem transparência e atuando de forma hermética, o governo da zona do euro bem merece as críticas que chovem sobre ele, a começar pelas de Jürgen Habermas, que não hesita em falar em "autocracia pós-democrática"!

Ora, essa renegação democrática não é apenas uma questão de princípio ou um jogo de equilíbrio de poderes, longe disso. Tem efeitos bem reais sobre o próprio teor das políticas econômicas implementadas na zona do euro. Provoca uma espécie de surdez em relação aos delatores e a outras vozes dissonantes — como vemos ainda hoje, face ao coro praticamente unânime dos economistas que apontam o caráter inevitável da renegociação da dívida grega. Gera também uma grande indiferença aos sinais políticos, não obstante fortes, que as eleições na-

cionais vêm emitindo e que mostram constantemente a escalada de um populismo de extrema direita. No fundo, essa estrutura de poder leva a superestimar as questões ligadas à estabilidade financeira e à "confiança dos mercados" e a subestimar os temas mais suscetíveis ao interesse da maioria, tais como políticas de emprego, crescimento, convergência fiscal, coesão social e solidariedade.

Logo, há urgência em reinvestir no controle democrático e reinserir a democracia representativa no cerne das políticas econômicas europeias. É mais do que tempo de abandonar a falta de transparência e a irresponsabilidade políticas em meio às quais esse novo poder europeu se desenvolveu, introduzindo em seu núcleo uma instituição democraticamente eleita. De fato, apenas uma Assembleia Parlamentar dispõe da legitimidade necessária para lembrar ao governo da zona do euro quais são suas responsabilidades. Alguns dirão que para isso basta fortalecer o Parlamento europeu, mas as coisas não são (mais) tão simples. O governo da zona do euro não é como a Europa de antes: não se trata mais de simplesmente organizar um grande mercado, trata-se de coordenar as políticas econômicas, de harmonizar os fiscos e fazer convergir as políticas orçamentárias dos Estados. Em suma, de entrar no âmago dos pactos sociais dos Estados-membros. Consequentemente, é difícil não envolver diretamente os parlamentos nacionais — salvo aceitando despojá-los progressivamente do essencial de suas prerrogativas constitucionais e esvaziando as insti-

tuições da democracia nacional. Em conexão direta com a vida política dos Estados-membros, só eles dispõem da legitimidade necessária para democratizar a poderosa rede burocrática intergovernamental que se constituiu nos últimos dez anos.

É preciso, contudo, que essa Assembleia disponha dos meios de se opor diretamente à influência da estrutura governante, a qual sabemos que não se atém simplesmente às competências institucionais que acumulou ao longo da década, mas também, e talvez acima de tudo, à capacidade de definir, pela expertise, o espaço das possibilidades políticas. Para evitar um Parlamento inócuo que se veja diante de um fato consumado ou que se contente em acatar diagnósticos estabelecidos e decisões tomadas por outra parte, é necessário dar a essa Assembleia a capacidade de participar plenamente da direção da zona do euro. Supõe-se a partir disso que ela possa efetivamente influenciar a agenda política: coproduzindo a pauta das Cúpulas da zona do euro e o programa semestral de trabalho do Eurogrupo, bem como detendo a prerrogativa de propor leis de que tanto carece um Parlamento europeu impedido de escolher seus campos de batalha. Também supõe-se a inserção da Assembleia em todos os núcleos de decisão do governo da zona do euro, quer se trate do Semestre Europeu ("recomendação por país", "análise anual do crescimento" etc.), da condicionalidade financeira dos memorandos ou da escolha dos principais dirigentes da zona do euro.

Por fim, passa pela construção de uma capacidade de expertise autônoma e pluralista, bem como de um poder de investigação a respeito de todas as instituições que compõem esse governo.

Não existe, decerto, uma panaceia institucional. Nunca uma reforma das instituições, por mais pensada que tenha sido, mudou por si só o curso de uma situação. Todos sabem que não basta criar um novo órgão para transformar o tabuleiro político. Não escaparemos, sem dúvida, a uma revisão profunda do "projeto europeu". Porém, nesse caminho que arrisca ainda ser muito longo, a criação da Assembleia da zona do euro representa um codinome para um combate político e cultural mais amplo no sentido de democratizar o "projeto europeu" e reorientar o rumo das políticas adotadas em seu nome. Como mostraremos no Tratado de Democratização da Zona do Euro (T-Dem), é possível agir rápido sem passar por uma altamente improvável revisão geral dos tratados europeus pelos 27 países e, além disso, abrir brechas democráticas no âmbito do próprio bloco executivo europeu. Cabe ao contrapoder popular dos partidos e dos movimentos sociais tirar proveito para reabrir as trincheiras da política europeia e nos arrancar assim da alternativa deletéria entre um isolamento nacional impotente e o *status quo* das políticas econômicas bruxelenses.

A URGÊNCIA DEMOCRÁTICA DA UNIÃO EUROPEIA REVERBERA NA POLÍTICA E NA ECONOMIA MUNDIAIS, MAS COMO É POSSÍVEL SOLUCIONAR OS IMPASSES E IMPLEMENTAR UMA REAL DEMOCRATIZAÇÃO?

Ao longo das últimas décadas, o cenário político e econômico europeu vem se tornando cada vez mais propício ao esfacelamento da União Europeia, vulnerável à intensa onda populista que ameaça pôr fim às democracias vigentes. Um fluxo sem volta que apenas um drástico choque de democracia seria capaz de conter, defendem os proeminentes acadêmicos Stéphanie Hennette, Thomas Piketty, Guillaume Sacriste e Antoine Vauchez. Aliados, eles propõem este contundente tratado em defesa da real democratização da Europa — uma verdadeira aula que extrapola o projeto europeu e apresenta, de modo promissor, uma nova direção para as políticas democráticas mundiais.

ISBN 978-85-510-0224-7

9 788551 002247

www.intrinseca.com.br